

Newsletter – Dez/2016

DIREITO PÚBLICO, AMBIENTE E URBANISMO

NOBRE GUEDES | MOTA SOARES



ASSOCIADOS

NOVIDADES LEGISLATIVAS

JUSTIÇA

[DECRETO-LEI N.º 86/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2016, SÉRIE I DE 2016-12-27](#)

Tribunais

Altera a regulamentação da Lei de Organização do Sistema Judiciário e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos Tribunais.

FINANÇAS PÚBLICAS

[LEI N.º 41/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 248/2016, SÉRIE I de 2016-12-28](#)

Orçamento do Estado

Grandes opções do plano para 2017.

[LEI N.º 42/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 248/2016, SÉRIE I de 2016-12-28](#)

Orçamento do Estado

Orçamento do Estado para 2017

[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 23/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Finanças

Declaração de retificação à Portaria n.º 302-C/2016, de 2 de Dezembro.

[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 24/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Finanças

Declaração de retificação à Portaria n.º 302-A/2016, de 2 de Dezembro

[PORTARIA N.º 342-A/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, 2ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Finanças

Autoriza a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a majorar as taxas, tarifas ou outros montantes devidos à CMVM

[PORTARIA N.º 342-B/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, 2ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Finanças

Procede à terceira alteração à [Portaria n.º 913-I/2003](#), de 30 de agosto



[PORTARIA N.º 342-C/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, 2ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Finanças

Portaria que aprova os novos modelos de impressos da declaração Modelo 3 do IRS e respetivas instruções de preenchimento a vigorar no ano de 2017

[DECRETO LEGISLATIVA REGIONAL N.º 42-A/2016/M – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE DE 2016-12-30](#)

Finanças – Região Autónoma da Madeira

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2017

[PORTARIA N.º 345-A/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 3ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

Finanças

Alteração à [Portaria n.º 150/2004](#), de 13 de fevereiro

[PORTARIA N.º 345-B/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 3ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

Finanças

Portaria que fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2017

[PORTARIA N.º 345-C/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 3ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

Finanças

A presente portaria atualiza o valor da taxa unitária do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos **Finanças**

[PORTARIA N.º 345-D/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 3ª SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

Finanças

Atualização dos fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2017

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[DECRETO-LEI N.º 83/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 240/2016, SÉRIE I DE 2016-12-16](#)

Presidência e da Modernização Administrativa

Aprova o serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República

[DECRETO-LEI N.º 85/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 243/2016, SÉRIE I DE 2016-12-21](#)

Economia



Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

[DECRETO-LEI N.º 86-C/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, 3º Suplemento, Série I de 2016-12-29](#)

Economia

Cria, na dependência do membro do Governo responsável pela área da Economia, o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular

AGRICULTURA E MAR

[PORTARIA N.º 303/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 232/2016, SÉRIE I DE 2016-12-05](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece as regras complementares para o apoio comunitário à promoção de vinhos em mercados de países terceiros, no âmbito do programa nacional de apoio ao setor vitivinícola, para o período 2014-2018, nos termos do [Regulamento \(UE\) n.º 1308/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro

[PORTARIA N.º 303-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 232/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-05](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Terceira alteração à [Portaria n.º 230/2014](#), de 11 de Novembro

[PORTARIA N.º 307/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 234/2016, SÉRIE I DE 2016-12-07](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Primeira alteração da [Portaria n.º 90/2014](#), de 22 de abril, que define as regras de aplicação do regime de apoio para o ano de 2014 e seguintes

[PORTARIA N.º 308/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 235/2016, SÉRIE I DE 2016-12-09](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 324/2015](#), de 1 de outubro

[PORTARIA N.º 313-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 236/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-12](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.3 «Atividades de cooperação dos GAL», integradas na «Medida n.º 10 - LEADER», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

[LEI N.º 37/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 239/2016, SÉRIE I DE 2016-12-15](#)

Assembleia da República



Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e em águas interiores

[PORTARIA N.º 320/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 240/2016, SÉRIE I DE 2016-12-16](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2014-2018, previsto no [Regulamento \(UE\) n.º 1308/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro

[PORTARIA N.º 321/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 240/2016, SÉRIE I DE 2016-12-16](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Procede à quarta alteração à [Portaria n.º 57/2015](#), de 27 de fevereiro, alterada pelas [Portarias n.os 409/2015](#), de 25 de novembro, [24-B/2016](#), de 11 de fevereiro, que a republicou, e [131/2016](#), de 10 de maio, que aprova o regulamento de aplicação do regime de pagamento base, do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (greening), do pagamento para os jovens agricultores, do pagamento específico para o algodão e do regime da pequena agricultura

[PORTARIA N.º 324-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 241/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-19](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece o regime de aplicação das operações n.os 2.2.1, «Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal», 2.2.2, «Apoio à criação de serviços de aconselhamento» e 2.2.3, «Apoio à formação de conselheiros», inseridas na ação n.º 2.2, «Aconselhamento», da medida n.º 2, «Conhecimento», integrada na área n.º 1, «Inovação e conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR2020

[PORTARIA N.º 333/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 245/2016, SÉRIE I DE 2016-12-23105601581](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera a [Portaria n.º 668/2010](#), de 11 de agosto, e suas alterações e retificações, que reconhece como denominação de origem (DO) a designação «vinho verde»

[PORTARIA N.º 344/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

FINANÇAS E MAR

Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Azul

[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 25/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 25/2016 – SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL



Declaração de retificação à [Portaria n.º 321/2016](#), de 16 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 240, de 16 de dezembro de 2016

[**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 84-H/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2012-12-30**](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Autoriza, em sede de reprogramação do PDR 2020, o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural a definir a percentagem de cofinanciamento nacional, até ao ano de 2022

AMBIENTE

[**PORTARIA N.º 306/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 234/2016, SÉRIE I DE 2016-12-07**](#)

Economia e Ambiente

Fixa a estrutura, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos, designada por CAGER

[**PORTARIA N.º 312/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 236/2016, SÉRIE I DE 2016-12-12**](#)

Ambiente

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea que abastecem as localidades de Brunheira e Cercas, localizadas no concelho de Almodôvar

[**PORTARIA N.º 313/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 236/2016, SÉRIE I DE 2016-12-12**](#)

Ambiente

Aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água subterrânea, localizadas no polo de captação da Boavista, em Coimbra

[**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 83/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 239/2016, SÉRIE I DE 2016-12-15**](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano-Piloto de prevenção de incêndios florestais e de valorização e recuperação de habitats naturais no Parque Nacional da Peneda-Gerês

[**PORTARIA N.º 343/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, SÉRIE I DE 2016-12-30**](#)

PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AMBIENTE

Institui e define o procedimento de submissão automática para publicação e depósito dos atos mencionados nos artigos 12.º e 13.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)

[**DECRETO-LEI N.º 86-D/216 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I, DE 2016-12-30**](#)

Ambiente



Atribui ao município de Lisboa a assunção plena das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, transfere a posição contratual detida pelo Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris, e transmite a totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa

ENERGIA

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 81-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 235/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Conclui os procedimentos de instalação de plataforma marítima de produção de eletricidade, ao largo de Viana do Castelo

[PORTARIA N.º 319/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 239/2016, SÉRIE I DE 2016-12-15](#)

Economia

Procede à segunda alteração da [Portaria n.º 349-B/2013](#), de 29 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 379-A/2015](#), de 22 de outubro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento térmico e de eficiência de sistemas técnicos dos edifícios novos e sujeitos a intervenção

SAÚDE

[PORTARIA N.º 310/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 236/2016, SÉRIE I DE 2016-12-12](#)

Saúde

Define os requisitos técnicos de funcionamento das unidades privadas e dos estabelecimentos hospitalares do SNS, que tenham por objeto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia, no que respeita às normas de qualidade e segurança e à elaboração e comunicação dos relatórios de avaliação dos cuidados prestados, nomeadamente nas unidades sem urgência aberta, nas unidades com urgência permanente e aberta ao exterior com equipa nuclear e nas unidades com urgência permanente e aberta ao exterior com equipa alargada (as que recebem grávidas em qualquer idade gestacional). Revoga os artigos 3.º e 8.º e a alínea h) do n.º 3 do artigo 13.º da Portaria n.º 615/2010, de 3 de agosto, alterada pela Portaria n.º 8/2014, de 14 de janeiro

[PORTARIA N.º 323/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 241/2016, SÉRIE I DE 2016-12-19](#)

Finanças e Saúde

Altera a Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro (Regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial de enfermagem)



[PORTARIA N.º 329/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 242/2016, SÉRIE I DE 2016-12-20](#)

Saúde

Estabelece a comparticipação dos medicamentos destinados ao tratamento da dor crónica não oncológica moderada a forte

[PORTARIA N.º 330/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 242/2016, SÉRIE I DE 2016-12-20](#)

Saúde

Estabelece o regime excecional de comparticipação nos medicamentos destinados ao tratamento de doentes com Esclerose Múltipla. Revoga o Despacho n.º 11728/2004, de 15 de junho, alterado pelo Despacho n.º 5775/2005, de 17 de março, este último objeto da Declaração de Retificação n.º 653/2005, de 22 de abril, e alterado pelos Despachos n.os 10303/2009, 12456/2010, 13654/2012 e 7468/2015, de 20 de abril, de 2 de agosto, de 22 de outubro e de 7 de julho, respetivamente

[PORTARIA N.º 331/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 244/2016, SÉRIE I DE 2016-12-22](#)

Saúde

Estabelece um regime excecional de comparticipação nos medicamentos destinados ao tratamento da dor oncológica, moderada a forte

[DECRETO REGULAMENTAR N.º6/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 249/2016, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Saúde

Regulamenta a procriação médica assistida

[PORTARIA N.º 340/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 340/2016, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Saúde

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Psiquiatria.

[PORTARIA N.º 341/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 341/2016, SÉRIE I DE 2016-12-29](#)

Saúde

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Neurorradiologia.

[Portaria n.º 342/2016 - Diário da República n.º 249/2016, Série I de 2016-12-29105643549](#)

SAÚDE

Atualiza o programa de formação da área de especialização de Pneumologia

EDUCAÇÃO

[PORTARIA N.º 305/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 233/2016, SÉRIE I DE 2016-12-06](#)



Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Altera o Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior, aprovado pela Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho

[**PORTARIA N.º 324/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 241/2016, SÉRIE I DE 2016-12-19**](#)

Educação

Aprova, em anexo a esta portaria e que dela faz parte integrante, a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2017

[**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 84/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 243/2016, SÉRIE I DE 2016-12-21**](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa, enquanto instrumento fundamental da passagem de conhecimento das instituições de ensino superior para as empresas

[**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 242/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2016, SÉRIE I DE 2016-12-27**](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que adote medidas para a promoção do sucesso escolar.

[**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 243/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2016, SÉRIE I DE 2016-12-27**](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas.

[**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 244/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2016, SÉRIE I DE 2016-12-27 n.º 244/2016**](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma.

CULTURA

[**PORTARIA N.º 322-A/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 240/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-16**](#)

Cultura

Estabelece as condições e os termos de renovação, para o ano de 2017, do apoio financeiro concedido pela Direção-Geral das Artes a entidades beneficiárias de apoio financeiro plurianual



TRANSPORTES

[LEI N.º 38/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 241/2016, SÉRIE I DE 2016-12-19](#)

Assembleia da República

Procede à primeira alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S. A., aprovados em anexo ao [Decreto-Lei n.º 202/94](#), de 23 de julho, e à oitava alteração ao [Decreto-Lei n.º 394-A/98](#), de 15 de dezembro, alterando as bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S. A.

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 84-F/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 250/2016, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-12-30](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova, para o corrente ano, a distribuição de indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo de passageiros

JURISPRUDÊNCIA

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016, PROCESSO N.º 13225/16.8BCLSB](#)

Tribunal Central Administrativo Sul

O processo arbitral tem características próprias que o distinguem do processo nos tribunais do Estado. O tempo a despendar até à conclusão do processo é uma variável sempre difícil de quantificar e que obriga a conjecturar uma duração média do processo, tendo sempre presente que os árbitros estão obrigados a imprimir à instância arbitral um certo ritmo e que, nessa função, estão sujeitos ao cumprimento de determinados deveres, designadamente deveres acrescidos de diligência, eficiência e disponibilidade. No processo arbitral sub judice, em que o valor dos honorários fixados pelo tribunal arbitral teve como factor preponderante a complexidade da matéria de direito que lhe subjaz, o tempo a despendar, a natureza das questões suscitadas a título prévio, a necessidade de realização de audiência com inquirição das testemunhas arroladas por ambas as partes, perante os elementos disponíveis não se pode concluir que o valor dos honorários fixados seja desajustado.

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016, PROCESSO n.º 11324/14](#)

Tribunal Central Administrativo

Em matéria de urbanismo, os interesses de ordem pública prevalecem sobre as expectativas individuais, podendo o “*jus edificandi*” ceder por razões relacionadas com a protecção da integridade geofísica, ambiental ou paisagística da zona em questão. O parecer das comissões

regionais de reserva agrícola é de natureza obrigatória e vinculativa, em todas as licenças, concessões e autorizações administrativas relativas à utilização agrícola de solos integrados na RAN. A apresentação de requerimentos que não correspondem à realidade (falsos) viola o princípio da boa fé (art 6º A CPA), entre os particulares e a Administração e importa a falta de legitimidade, requisito essencial, sendo nulos os actos a que falte um requisito essencial – art. 133º 1 CPA. Não deve, no caso dos autos, reconhecer-se prevalência às invocadas expectativas de estabilidade da situação de facto existente pois a razão de ser da lei cominar com nulidade as violações dos instrumentos de ordenamento territorial é precisamente para evitar a prática do “facto consumado”, que os prazos da impugnação de actos anuláveis não acautela plenamente» pelo que, quando ocorrem tais violações, não podem ser encaradas como revestindo a especialidade que justifica, designadamente, no caso dos referidos “agentes putativos”, o reconhecimento da relevância jurídica de situações de facto, criadas e duradouramente mantidas com base em actos nulos.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, 2.ª SEÇÃO, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016, PROCESSO N.º 278/2016

Tribunal Constitucional

É julgada inconstitucional a norma do artigo 7.º, n.º 3, Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas. Com efeito, o princípio da proteção jurisdicional efetiva afasta a ideia de uma necessária incompatibilidade entre o apoio judiciário prestado a pessoas coletivas com fins lucrativos e o bom funcionamento de mercados concorrenciais, pelo que o apoio judiciário não constitui forçosamente um fator de distorção da concorrência ou de favorecimento da litigância de sociedades comerciais. Nestes termos, a norma que recusa a proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos viola o princípio da proteção jurisdicional efetiva.





CONTACTOS

RUA BRAAMCAMP, 90, 3º DTO. TEL: 210 900 300

1250-052 LISBOA FAX: 210 900 399

EMAIL: ngms@ngms.pt